

A organização do novo Enem em 2009

Reynaldo Fernandes

entrevistado por

Wivian Weller

João Luiz Horta Neto

Wivian Weller – Inicialmente, gostaria que você falasse sobre sua trajetória profissional, destacando algumas experiências na academia e cargos de gestão fora da universidade.

195

Reynaldo Fernandes – Comecei minha carreira na área de Economia Social, mais especificamente como economista do trabalho, e, desde 1994, sou professor de Economia da Universidade de São Paulo (USP) de Ribeirão Preto. No início dos anos 2000, passei a trabalhar com educação, quando os dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) começaram a ser divulgados; meus primeiros artigos nessa área são dessa época. Em 2003, quando Luiz Inácio Lula da Silva é empossado presidente da República, vou para o Ministério da Fazenda, onde fico até 2005, no cargo de diretor da Escola de Administração Fazendária (Esaf). Nesse período, participava das reuniões com o ministro Antônio Palocci e os secretários, fazia alguns modelos de previsão na área social e trabalhava com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Nesse ínterim, trabalhei com Fernando Haddad, quando ele era secretário executivo do Ministério da Educação (MEC). Eu o conhecia há muitos anos, estudamos juntos, e voltamos a nos encontrar em Brasília. Quando ele se torna ministro da Educação, me convida para a presidência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), onde permaneci de 2005 até o final de 2009.

Wivian Weller –Você poderia falar brevemente sobre esse período no Inep, quando ocorreu a reestruturação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)?

Reynaldo Fernandes – Nós fizemos muitas coisas nesse período. Quando cheguei ao Inep, ele era bem menor do que é hoje, era um anexo do MEC. Acho que podemos dividir esse período em três fases: Na primeira, trabalhei um pouco na construção dos indicadores do ensino superior, mas a ênfase foi na questão da transparência das informações: fornecer à sociedade informações que lhe permitissem avaliar a educação recebida. Nessa fase, temos também a extensão do Saeb, chamada de Prova Brasil (o desenho dessa avaliação já existia, mas todo o trabalho de execução se deu quando cheguei ao Inep); a divulgação do Enem por escolas e a consolidação do Censo da Educação Básica, que foi muito trabalhoso, muito difícil. Esse processo termina com a criação e divulgação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e de suas metas. Acho que, nos dois primeiros anos – do final de 2005 ao final de 2007 –, essa agenda tomou a maior parte do meu tempo.

Na segunda, em 2008, minha agenda, entre outras atribuições, ocupou-se com questões da educação superior, quando todos os indicadores de avaliação superior são refeitos. A Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), é extensa, complexa e difícil de implementar. Por exemplo, na educação básica, as inovações foram sendo feitas sem leis específicas. As leis vieram depois, que me parece uma forma mais natural de fazer. Na terceira, em 2009, o foco foi a remodelação do Enem. O meu grande trabalho, nesse ano, foi o Enem.

Estou falando dos grandes projetos, mas nesse meio tempo outras ações estavam em desenvolvimento, como a Provinha Brasil e a reestruturação da carreira dos servidores. Mas se eu tiver que resumir o meu trabalho nesses três anos, acho que foi isso. Na educação básica, a Prova Brasil e o Censo da Educação Básica são as fontes de informação para o cálculo do Ideb. Sou procurado até hoje para falar sobre esse indicador. Na educação superior, houve a reformulação do Censo da Educação Superior e a definição de todos os indicadores que, apesar de algumas melhoras nos anos recentes, mantém a estrutura básica, o João pode confirmar. Se eu pudesse resumir para você, Wivian, seria isso. Não sei se o João concorda, ele estava lá.

João Horta – Concordo totalmente e você ainda continua sendo uma referência interna muito importante. Quem acompanhou sua gestão nesse período tem um carinho e uma admiração muito grande pelo seu trabalho. Podem não concordar com tudo, mas com relação à admiração pelo seu trabalho, isso é patente.

Reynaldo Fernandes – Concordo com tudo é difícil. Nessa área de educação não tem jeito, nem tudo é unanimidade.

Wivian Weller – Como é que você avalia essas mudanças no Enem a partir de 2009?

O Enem como certificação para o ensino médio, como exame de acesso à educação superior por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) – essas mudanças todas. Qual é a sua avaliação?

Reynaldo Fernandes – Quando entrei no Inep, conhecia bastante sobre as atividades do Instituto, já havia trabalhado com pesquisas, basicamente no Saeb; tinha artigos publicados usando dados dessa avaliação. O Enem não estava no meu radar, como pesquisador ele nunca esteve no meu radar, até eu chegar ao Inep. Eu tinha alguns problemas com o Enem. Lia sobre ele, as definições de habilidades e competências, e achava muito difícil. Também não encontrava, na literatura especializada, trabalhos que dessem suporte à abordagem de competências que era apresentada nos relatórios do Enem. O Inep demorou para reconhecer o caráter de exame de ingresso do Enem, mas em 2006 essa já era sua principal função: 70% dos alunos diziam fazer o Exame por causa disso. Embora as grandes universidades não o adotassem, ele era muito usado nas universidades privadas, a USP e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) o utilizavam como bônus, e algumas outras universidades – poucas federais, na verdade – também o usavam. Ele não era adotado para autoavaliação ou para o mercado de trabalho, que eram alguns de seus objetivos; mas havia um problema: grandes universidades, principalmente as federais, achavam muito básica a prova, muito simples, e não a usavam para os seus processos seletivos. Em 2009, surgiu a oportunidade de se fazer a mudança. Posso lhe contar como começou a história.

Wivian Weller – Sim. Queria ouvir um pouco sobre a organização da prova, que foi a partir do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) que se começou a pensar o novo Enem.

Reynaldo Fernandes – A história é um pouco diferente. A gente já tinha essa ideia no Inep. Em nossas reuniões, eu sempre levantava essa questão: o Enem tem que ser uma prova de seleção como é o *General Certificate of Education Advanced Level (A-Level)* na Inglaterra, o *Scholastic Aptitude Test (SAT)* nos Estados Unidos, o *National College Entrance Examination (Gaokao)* na China, o *Leaving Certificate Examination (Leaving Cert)* na Irlanda, o *Baccalauréat (BAC)* na França etc. Então, era um sonho, mas muito difícil de realizar. E aí surgiu a demanda de alguns reitores de universidades federais para que o MEC fizesse um vestibular unificado, principalmente para as universidades menores. As grandes universidades tinham os seus próprios sistemas, mas as pequenas tinham muita dificuldade. Os reitores procuraram o ministro Fernando Haddad, perguntando se o MEC poderia fazer um vestibular. Não participei dessa reunião. Fui chamado posteriormente para um almoço com o ministro e ele disse: “Ah Reynaldo, tem essa demanda, você acha que o Inep tem condições de fazer um exame para essas universidades?”. Eu falei: “Olha,

trabalho tem muito lá, talvez dê para fazer um vestibular, mas acho que não é a melhor saída”. Ele perguntou para mim: “Qual é a melhor saída?”. Eu disse: “Transformar o Enem em um exame de ingresso”. Lancei a proposta, que, como já falei, era uma proposta muito discutida no Inep.

No início, a equipe do Enem resistiu um pouco, os técnicos ainda tinham uma visão de que o exame deveria ser mais um certificado, mas depois acataram a ideia. Em suma, o Inep lançou a proposta e o Haddad concordou. Entretanto, havia algumas dificuldades: como convencer as universidades? Teria que elevar o nível de dificuldade da prova, incluir conteúdos específicos, porque o Enem antigo era uma prova só, com 63 questões interdisciplinares. Assim surgiu a ideia de elaborar uma matriz, o que não era uma tarefa simples. Existia o Encceja, que tinha a estrutura de habilidades e competências do Enem, mas com uma divisão por áreas disciplinares. O problema é que o Encceja era uma prova para certificação da Educação de Jovens e Adultos (EJA). A ideia, então, foi pegar a estrutura do Encceja, elevar o nível de dificuldade e acrescentar conteúdos específicos. Além de mudar a matriz, o projeto incluía a introdução da Teoria de Resposta ao Item (TRI). Como disse, era uma ideia antiga do Inep, cuja transição era muito difícil de se fazer, mas quando veio a solicitação dos reitores, pareceu ser o momento para implementá-la.

João Horta – Não entendi direito o que você quis dizer sobre o Enem ser um exame de seleção ou um vestibular. Você pode explicar isso melhor?

198

Reynaldo Fernandes – Na verdade, o Enem é um exame de final de ciclo, que pode servir para o ingresso no ensino superior. Esses exames de final do ensino médio têm duas funções: servir no processo de seleção das faculdades/universidades e orientar o currículo do ensino médio. Uma função não anula, necessariamente, a outra. O que existia? Primeiro, tínhamos um sistema de vestibulares descentralizados, que era uma maluquice. Se quiséssemos concorrer para várias universidades ao mesmo tempo, tínhamos que fazer vários vestibulares, o que impedia completamente a mobilidade dos estudantes. Segundo, transferíamos para as universidades a decisão de sinalizar o currículo do ensino médio, porque o vestibular antigo já orientava o currículo das escolas e a preocupação das universidades pode não ser orientar o currículo do ensino médio. Lembro-me de ir para USP, que é a minha universidade, e defender o Enem lá, e um professor da Matemática dizer “temos que ter cálculo, vocês não incluem cálculo”. Mas eu falei: “Vai dar cálculo no ensino básico?”. Ele respondeu: “tem que dar!”. Porque ele é da Matemática, ele acha que tem que dar tudo. Sempre achei que, pelo menos para uma primeira fase, o Enem seria suficiente. Se a universidade quisesse fazer uma segunda fase, tudo bem! A centralização do exame de seleção facilitaria a vida dos estudantes e traria para o MEC esse poder de sinalizar o currículo do ensino médio. Era um projeto muito ousado, mas tudo que nos programamos para fazer foi feito: a escala foi feita, a matriz foi feita, a TRI foi introduzida.

Wivian Weller – Gostaríamos que falasse sobre o planejamento para realizar essa mudança, as decisões que foram tomadas, o tempo que levou para fazer isso, e a equipe que trabalhou nesse processo.

Reynaldo Fernandes – Foi muito trabalho. Foram três planos. Primeiro tínhamos que mudar a matriz e elaborar os itens. Era preciso ter especialistas em conteúdos específicos. Então, constituímos uma equipe, contratamos profissionais *full time* e o Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (Cespe) foi nosso grande parceiro nisso, na época. Mauro Rabelo, que era o presidente do Cespe, teve uma equipe que ficou trabalhando com base no Encceja. Nosso segundo plano foi o psicométrico: era preciso criar a escala e colocar a prova em TRI. O terceiro era mudar a logística do exame. A gente tinha muito medo de como o Ministério Público veria essas mudanças. A ideia para o Enem, que nunca saiu do papel, era ter uma prova parecida com o Saeb, que tivesse um grande banco de questões e nem todo mundo fizesse a mesma prova, como é o *SAT*, o *A-Level* etc. Não há uma prova que, no final do dia, o gabarito é divulgado. Todas essas mudanças para o primeiro ano seriam difíceis, mas a ideia era caminhar para isso, construindo um banco de itens.

O Inep tinha, não sei se resolveu, acho que não, uma dificuldade muito grande para adquirir itens. Era muito difícil fazer isso de acordo com os processos exigidos pelos órgãos de controle. Não havia como fazer uma licitação única, dado o grande número de itens necessários e, se fizéssemos várias licitações, diziam que você estava “particionando” o objeto, o que não era aceito pelos órgãos de controle. Assim, começaram as dificuldades... não deixavam contratar um professor na universidade, porque falavam: “Por que esse e não aquele? Você licitou?”. Então, isso tornou muito difícil o processo de construção do banco de itens. Mas a ideia era ter um exame como se tem hoje em outros países. O *SAT* é aplicado seis vezes ao ano. Se o aluno perde uma edição do Enem, não tem chance de refazê-la no mesmo ano, só no seguinte, uma loucura.

Enfim, a TRI acabou sendo bem aceita pelos órgãos de controle, mas ainda temos que avançar bastante, conseguir aplicar várias provas durante o ano, sem contestação. Por exemplo: já pensou se você tem direito de recorrer de uma redação? Uma prova com oito milhões de pessoas? Uma loucura! Você vai recorrer no *SAT*? É inadmissível eles pensarem isso. Você recorrer judicialmente da prova do *SAT*, do *BAC*, do *Gaokao*? Não existe isso em lugar nenhum do mundo que eu conheço. Só no Brasil que se recorre. Preciso chamar banca de volta? A nota do Enem é um indicador que, como qualquer outro, tem falhas, pode ter falhas. A redação é um problema complicado. Lembro-me de ministro discutindo se deveria zerar uma prova. Como assim? Como presidente do Inep nunca discuti uma prova antes da aplicação ou como deveria ser sua correção. Isso é uma competência da banca técnica.

Wivian Weller – E a questão da logística? Como você avalia?

Reynaldo Fernandes – A logística acabou sendo o grande problema e a grande prisão do Enem. Porque depois que conseguimos realizar o exame ninguém mais

quer mudar. Mas precisa mudar, é inviável. O Enem tem que ter uma logística como é na maioria dos países do mundo. Tem um custo? Tem um custo de transição, mas ele tem que ser feito. Não dá para querermos um Enem a prova de falhas. Numa prova desse tamanho, falhas sempre podem acontecer. Mas temos que reduzir ao máximo o risco de falhas catastróficas, aquelas que requerem que o exame seja refeito. Por exemplo, se o Enem é composto por vários modelos distintos de provas, ao invés de uma prova única, isso é desincentivo para alguém que queira roubar uma prova. E se uma prova vazar, não seria necessário refazer a prova para todos que realizaram o Enem.

Wivian Weller – Naquele momento, quando o Enem começou a passar de um exame de milhares para milhões de estudantes, como foi a organização no Inep para atender essa ampliação, que foi estrondosa, em tão pouco tempo?

Reynaldo Fernandes – O Enem já era um exame com mais de quatro milhões de pessoas inscritas. Ele não era um exame pequeno antes da mudança. Na época, eram 300.000 pessoas contratadas para fazer o exame. Essa logística aprisionou um pouco o Inep. Tornou-se um negócio gigantesco. Na minha visão, a grande dificuldade de fazer o Enem como é feito é o problema jurídico. Quando o Ministério Público vai entender que o Enem não é um concurso público? É como eles tratavam o Enem. Não sei se isso ainda é assim, faz muito tempo que saí do Inep, não sei se isso avançou. Mas pelo que vejo não deve ter avançado tanto assim.

200

Depois do vazamento de 2009, montou-se uma grande estrutura que deu certo, mas acho que o Inep ficou um pouco prisioneiro. Quando se é ministro, você pensa: “Eu vou fazer o Enem mais de uma vez por ano? Não, não vou fazer mais de uma vez porque não vou me colocar em risco duas vezes”. Então, discussões sobre a matriz perderam muita força. Acho que a discussão teria que ser: “A matriz é essa, a prova é essa e é isso que a gente quer indicar para as escolas”. E hoje, com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o novo ensino médio, há o risco de tornar o Enem escolástico, como são outras provas, e querer trazê-lo para dentro da escola novamente. O professor fala: “Eu vou dar isso e é o que eu vou cobrar dos meus alunos”.

Se o Enem tomasse esse formato, ele não teria a ideia de ser um indutor, a partir de problemas de fora da escola, de um ensino mais voltado para a vida dos estudantes, como tem o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa). Acho a proposta desse exame interessante, embora seja sempre questionável usar esse tipo de abordagem. O meu grande sonho no Enem era construir uma matriz com abordagem semelhante à do Pisa, para Humanidades, que é uma área, a meu ver, muito difícil de construir provas, mas que é preciso, porque é uma área que não pode ser esquecida. A questão é como fazer uma prova que não seja “decoreba” de História e Geografia e

que você não vai ser acusado de ser enviesado, porque não é Matemática. Eu tinha uma ideia de construção: comecei, até trabalhei, conversei com algumas pessoas que também estavam pensando sobre isso, mas esse projeto foi abortado.

Wivian Weller – Eu queria voltar naquele período em que o Enem passou a divulgar o resultado por escolas e que depois foi abandonado. Você também escreveu vários artigos falando sobre a questão da *accountability*. Gostaria que falasse um pouco a respeito disso, sua opinião sobre essa divulgação dos resultados do Enem por escola. Como você vê isso hoje?

Reynaldo Fernandes – Vejo como uma informação que é importante para os tomadores de decisão. Esse tipo de divulgação tem problema? Lógico que tem. Todas as medidas têm. Mas em educação as coisas são um pouco assim, ou você vai salvar ou vai destruir. Acompanhei a discussão da BNCC. Havia reunião que era assim, um lado dizia que aquilo iria salvar a educação brasileira, outro lado dizia que iria destruí-la. Eu achava um exagero dos dois lados.

Lembro-me da discussão de divulgar o Enem por escola; isso foi tratado no próprio MEC. Cheguei a um almoço, no qual havia vários secretários e outros assessores, muitos contrários a essa divulgação. Distribuí a lista das escolas com melhor classificação em cada estado. Todo mundo ficou olhando, comentando, acabou a reunião... E me perguntaram: “Mas por que você quer publicar, por que você acha que é importante?”. Respondi: “Porque a população tem a mesma curiosidade que vocês em conhecer os resultados das escolas”. A ideia de não revelar uma informação, por não ser perfeita, é ruim, embute uma visão muito pessimista sobre o uso da informação e do conhecimento na sociedade. Acho que na educação tem muito isso: “Nenhuma informação é perfeita”. Então concluímos que: “A gente não divulga nada”. Acho que os resultados de exames contêm informações úteis, é o que procuro mostrar nos meus artigos. Não estou falando que aquela escola é boa ou que é ruim. Quando divulgo uma nota, como a do Enem, estou simplesmente divulgando uma informação de que as pessoas podem fazer uso e elas podem fazer melhor uso que eu, como técnico mais distante.

As pessoas sabem quais escolas podem ser comparadas. Elas não vão comparar uma escola pública da periferia de São Paulo com o Colégio Bandeirantes. O Bandeirantes não é relevante para aquela finalidade, mas tem a escola do lado, que tem o mesmo perfil populacional e teve um melhor desempenho. E mais, desempenho ruim não é, necessariamente, culpa de alguém. A *accountability* não é culpar alguém, mas dizer que os responsáveis pela escola têm que prestar contas pelo que acontece nela. Os estudos mostram que a divulgação de resultados tem impacto positivo, embora modesto. Impactos modestos ocorrem na grande maioria das intervenções (muitas delas mais caras que a realização de exames como, por exemplo, aumento de salários e redução de tamanho de salas). Uma coisa que eu gostava de dizer quando

estava no Inep era: o Inep pode ter o monopólio da produção da informação, mas não tem o monopólio da interpretação. O Inep divulga! Entretanto, um pesquisador pode ter uma interpretação diferente. A pior coisa que o Inep pode fazer é não divulgar as informações por ele produzidas, por querer proteger uma interpretação que julga ser a correta.

João Horta – Durante a sua fala apareceram duas dúvidas que eu gostaria que você esclarecesse. Uma é essa possibilidade de exames como o Enem direcionarem o ensino médio; isso foi uma das coisas que você comentou, de organizar ou de orientar o ensino médio numa determinada direção. A outra é o fato de a gente ter, no caso da educação, a discussão muito embasada por alguns poucos indicadores e eles serem compreendidos como indicadores que sinteticamente explicariam toda a realidade do processo educacional. Diferente, por exemplo, da Economia (pode ser que eu esteja falando uma grande bobagem), que tem um conjunto enorme de indicadores, alguns dos quais o pesquisador lança mão para uma determinada finalidade e de outros para outra finalidade, dependendo da situação ou da realidade, e que o conjunto dá um retorno de algo mais próximo daquilo que está acontecendo. Por exemplo, vendo o Enem por escola, ele é um único indicador a partir do qual podem ser feitas todas as digressões ou todas as análises com base no que está acontecendo dentro da escola. Como é que você analisa isso? Resumindo: primeiro, o Enem orientar o ensino médio; segundo, trabalhar com um único indicador ou número limitado de indicadores no processo educacional.

202

Reynaldo Fernandes – Vou começar pela primeira dúvida, que a resposta é mais fácil. A segunda, na verdade, não tem uma resposta conclusiva. A primeira é o seguinte: não é o Enem. É a prova que as universidades aplicam para o ingresso no ensino superior que vai afetar o ensino médio. Já era assim em São Paulo, a Fundação Universitária para o Vestibular (Fuvest) afetava também. Isso está dado. Então a questão é: seria importante trazer isso para o MEC ou não? Depende de uma visão de mundo. Você pode falar: “Olha, é melhor deixar com as universidades e elas vão fazer melhor”. Pode ser que façam. “Trazer para o MEC, o MEC é o Estado, o Estado sempre erra”. Você pode ter essa visão. Acho que pode ser bom trazer para o MEC e fazer essa discussão de forma ampla. Por isso que o Enem tem que ser discutido com as universidades e com os secretários de educação, não pode ser uma decisão a ser tomada somente pelo Inep. Qual é o currículo nacional? Então é um debate que tem que ser ampliado, o Inep concentra isso, mas essa discussão é muito ampla. Seria bom fazer essa discussão do ponto de vista de política educacional. Inclusive, acho que o Enem é o grande exame. Ele deveria organizar todas as avaliações no MEC. Ele é a base. Para os indicadores de valor adicionado, a base é o Enem, ele é o ponto de chegada dos outros exames da educação básica e tem uma prova que é *high stake*, menos sensível a erros de medida devido a variação de esforço. Provavelmente, exames *low stake*, como o Saeb, sofrem mais com o problema de variação do esforço dos alunos.

Ou seja, não é o orientar ou não, isso já está dado. A prova que selecionar para a universidade vai orientar. A questão é: na mão de quem está essa prova? Algumas pessoas vão achar que o Estado sempre faz coisa errada e é melhor deixar com as universidades. Acho que as universidades estão mais interessadas em trazer bons alunos do que orientar o currículo do ensino médio.

A segunda é uma questão muito ampla e não tem uma resposta inquestionável. Se colocarmos um conjunto de pessoas em uma sala e perguntarmos qual é o objetivo da escola, elas, dificilmente, chegarão a uma conclusão consensual. Porque não é fechado. Então, como querer um índice único de qualidade se as pessoas não conseguem determinar quais são os elementos mais importantes em uma escola?

E mesmo que consigamos estabelecer quais são os elementos importantes, temos que ponderar, pois o que é uma escola boa para um pode não ser para outro. Entretanto, posso ter indicadores que apontam certas características, posso disponibilizá-los para a população ou para os especialistas, e ajudar a formar consensos. O indicador é uma medida. A avaliação envolve juízo de valor. Você pode achar alguma coisa boa, eu posso achar outra. Não está definido previamente. O Enem não veio para isso. Tem uma prova e a nota da escola é essa, não estou falando que essa é uma boa escola e a outra é ruim. Uma vez fui ver o diretor de uma escola privada e ele disse: "Você me deu uma nota aqui, mas está esquecendo que meus alunos...". Respondi: "Não estou esquecendo nada, não estou afirmando nada. O que os resultados mostram é que seus alunos tiraram essa nota nessa prova, que é muito baixa perto das outras. Não estou apontando mais nada do que isso. É você que está dizendo que tem uma interpretação implícita nessa nota".

Os indicadores têm uma informação. Por exemplo: o Ideb nunca foi pensado para ser um indicador da qualidade da educação no Brasil, mas para ancorar um sistema de metas. A gente tinha claro que metas baseadas apenas em desempenho, em provas, poderiam incentivar a retenção de alunos de pior desempenho. Então, a ideia foi incluir um desconto pela taxa de repetência. Ele não é o indicador de qualidade de escola [...]. Nunca vai ter "o índice" de qualidade da educação brasileira. Isso é uma quimera, nunca vai existir. Mas vamos ter indicadores e discutir quais, como usá-los o que significam. E esse é, em parte, o trabalho que o Inep tem que fazer. Seria importante termos indicadores da escola que fossem obtidos depois que o aluno deixou a escola. Ver se as pessoas melhoraram as condições de saúde, a sua renda, se elas têm uma vida mais tranquila etc. Porque, na verdade, a escola deveria ajudar as pessoas, é isso que esperamos dela.

Wivian Weller – Foi muito interessante, um prazer ter conversado com você. Você gostaria de comentar alguma coisa que a gente não tenha falado ou retomar algum aspecto?

Reynaldo Fernandes – Acho que não. Há vários artigos saindo sobre a validade do Enem. Acho a TRI muito bonita. Agora, a boa prova é a que tem bons itens. Toda essa discussão sobre escala é, na verdade, uma discussão sobre como melhor extrair as informações contidas nas respostas dos estudantes aos itens contidos na prova. Se os itens são ruins, não tem muito o que tirar deles. Não adianta ter um grande arcabouço para obter a informação se ela não está lá. Sinto falta dessa discussão sobre o Enem. Acho que a logística, que é difícil, é um problema sério, mas precisa ser resolvido para a gente poder discutir essas outras questões.

Wivian Weller – Muito bom! A gente agradece.

João Horta – É sempre um prazer ouvi-lo, a forma como você se coloca, as análises que faz, mesmo não concordando com algumas delas. Não estamos falando aqui com alguém que não está vivendo esses problemas e sugerindo soluções. Acho que é isso que enriquece o debate. Você não se furta a discutir as coisas, isso é muito legal. Admiro muito isso em você.

Reynaldo Fernandes – Nunca imaginei que fosse fazer qualquer coisa fora da universidade. Aconteceu de eu ir para o Inep e foi o melhor emprego que já tive. Mas esses empregos são temporários. Tem um tempo e passa. É assim mesmo. Era muito legal, porque era muito vivo. Foi muito intenso. Sinto saudades, às vezes, da turma e tal.

204

Reynaldo Fernandes, doutor em Economia pela Universidade de São Paulo (USP), professor titular na USP de Ribeirão Preto e atua nas áreas de Economia do Trabalho, Economia da Educação e Políticas Sociais. Foi presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) entre os anos 2005 e 2009.

refernan@usp.br

Wivian Weller, doutora em Sociologia pela *Freie Universität Berlin* (Alemanha), professora associada da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB) e coordenadora da pesquisa: “Estudo comparado dos exames Enem (Brasil) e *Gaokao* (China): repercussões nos currículos do ensino médio e no acesso à educação superior de jovens brasileiros e chineses” (Financiamento: FAP-DF e CNPq).

wivian@unb.br

João Luiz Horta Neto, doutor em Política Social pela Universidade de Brasília (UnB), pesquisador do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e atua na Diretoria de Avaliação da Educação Básica (Daeb).

joao.horta@inep.gov.br

Recebido em 30 de junho de 2021

Aprovado em 17 de agosto de 2021